



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2022

(+351) 278 518 070
geral@misericordiavilafior.com
www.misericordiavilafior.com

Misericórdia de Vila Flor
Largo do Rossio, 11
5360-323 Vila Flor



ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 30 de Março de 2023, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2022;
- 2.º Semana Santa;
- 3.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 14 de Março de 2023.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,


(Victor Manuel da Silva Costa)



CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADIÉNIO DE 2021 A 2024

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel da Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice-Provedor: Victor Manuel Cortinhas Sil
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Pedro José Sampaio de Barros

Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Emílio José Meireles Almendra
Octávio António Moura
António Duarte Pinhel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
António Manuel Carvalho Guilheiros
Tito Lívio Teixeira Almeida

Suplentes: António Manuel da Silva Roios
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita

Relatório de Gestão e Contas



RCG 2022

O ANO DE 2022
CONSISTIU NUM
PERÍODO EM QUE
REALIZÁMOS UM
EXERCÍCIO
FINANCEIRO POSITIVO.

Consciente dos deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade social, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor no cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício do ano económico de 2022, para a respetiva apreciação e votação da Irmandade. Este documento tem como objetivo primordial apresentar aos Irmãos da Misericórdia de Vila Flor, a execução física e económica da Instituição no último ano, enquadrado na perspetiva de um desenvolvimento religioso e coerente ao serviço da comunidade.

Primeiramente, e antes de explanarmos de forma objetiva o desenvolvimento do ano 2022, refere-se que o início desta década provocou alterações profundas nos hábitos diários e procedimentos que obrigou a alterações profundas diárias na organização dos recursos humanos, físicos e financeiros da nossa instituição. A pandemia Covid-19 que obrigou a alterações profundas, repercutiu-se ainda hoje na nossa instituição com modificações ao nível da logística e da componente financeira, mas também na gestão de recursos e cuidados de higiene.

Após este preâmbulo inicial importa referir que, o ano de 2022 consistiu num período em que realizámos **um exercício financeiro positivo**, que sublinha a nossa adoção de medidas sustentáveis de implementação de modelos de gestão sustentáveis e da implementação de ações diárias que ligam a sustentabilidade à boa qualidade de serviços junto dos nossos utentes, desde a infância à terceira idade.

Tal como referi, e no que concerne ao desenvolvimento do ano de 2022, fomos também alvo da aprovação de uma candidatura para a aquisição de 5 viaturas elétricas, para o Serviço de Apoio Domiciliário, que terá como objetivo desenvolver um serviço sustentável e que contribua diretamente para os nossos índices de performance de prestação de serviços sociais, mas também de uma instituição financeiramente estável. Assim, e desta forma, continuaremos a adotar um modelo social e religioso, procurando simultaneamente mecanismos de que garantam a inovação e empreendedorismo da instituição. Ao longo do último ano conseguimos desenvolver os seguintes pilares:

1. Prossequimos com a implementação de medidas de diagnóstico e contenção da pandemia Covid-19;
2. Promovemos a sustentabilidade económico-financeira da Instituição ao nível da tesouraria a curto e médio-prazo;
3. Sensibilizámos os intervenientes para a redução e custos em diversas rubricas, promovendo assim graus de eficiência e eficácia;
4. Desenvolvemos uma política de formação continua dos colaboradores que alimente a criatividade e a inovação;

5. Aumentámos condições de conforto e humanismo de todos os clientes/utentes, com a racionalização de gestão de recursos;
6. Apostámos na qualificação gradual de infraestruturas.

Todavia a ação de 2022, serviu também como base financeira, para equilibrar as contas da instituição, para os desafios do presente ano, assim como também do planeamento a médio prazo.

Para o efeito, o ano de 2023, e estando a terminar o seu primeiro trimestre, é possível aferir que estamos a desenvolver um conjunto de 20 pilares que contribuem para o desenvolvimento da instituição e resultam do exercício e diagnóstico de ação de 2022.

1. Gestão responsável de recursos financeiros;
2. Compromisso com a transparência e prestação de contas;
3. Promoção da eficiência energética;
4. Adoção de práticas de reciclagem e reutilização de materiais, minimizando o impacto ambiental;
5. Fomento à agricultura familiar e produção de alimentos orgânicos;
6. Implementação de programas de educação ambiental para a comunidade;
7. Desenvolvimento de projetos sociais, promovendo a inclusão social e desenvolvimento humano;
8. Apoio a iniciativas de economia solidária;
9. Parcerias com empresas e outras organizações para viabilizar projetos de sustentabilidade;
10. Utilização de tecnologias de informação e comunicação para melhorar a eficiência das operações e reduzir custos;



- 
- 
11. Implementação de boas práticas de governança corporativa, assegurando a ética e a transparência nas decisões;
 12. Desenvolvimento de projetos de turismo sustentável, preservando o património cultural e natural da região;
 13. Adoção de políticas de responsabilidade social empresarial e social;
 14. Criação de programas de capacitação e formação profissional;
 15. Criação de espaços de convívio e lazer para a população;
 16. Investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sociais;
 17. Desenvolvimento de projetos de infraestrutura para melhorar a qualidade de vida dos utentes, desde a infância à terceira idade;
 18. Adoção de medidas de segurança e prevenção de nas instalações;
 19. Estímulo à economia circular e ao uso sustentável dos recursos naturais;
 20. Implementação de medidas para reduzir o consumo de água e energia elétrica;

A Santa Casa da Misericórdia, fazendo jus à sua vocação secular, apoiou em 2022, através das suas respostas sociais e solidárias, as pessoas em situação mais frágil, procurando satisfazer as expectativas dos nossos utentes e respetivas famílias.

Promoveu também o desenvolvimento socioeconómico local, através da criação do emprego possível e absolutamente necessário à Instituição, com a importância que este fator releva no âmbito da economia social.

Como balanço, afirmaria que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, no ano de 2022, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade que serve.

Cientes de que o empreendedorismo está na base do sucesso da economia social, os atuais Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor assumem o compromisso de que tudo farão no sentido de encontrar receitas diversificadas, tendo em vista a sustentabilidade desta emérita Instituição.

Consciente dos deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade social, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor.

Reforço que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores/funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao cliente/utente e comunidade.



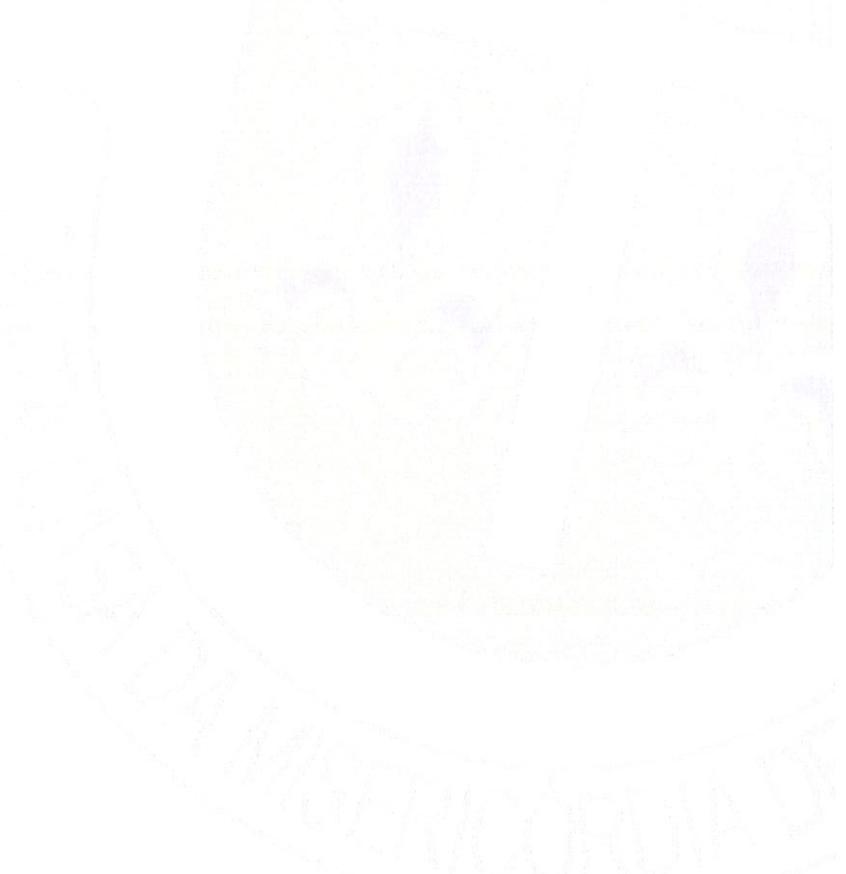
[Handwritten signatures and initials]

"O pensamento não pode ser confinado a uma única disciplina ou área de conhecimento. Devemos ser capazes de integrar diferentes perspetivas e formas de pensamento para uma compreensão mais completa do mundo."

Tolentino Mendonça

O Provedor

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves



Valores e Princípios Orientadores



16/03/2022

[Handwritten signature]

Missão

Promover a cidadania e a qualidade de vida de pessoas com deficiência e/ ou incapacidade, apoiando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa.

Visão

Ser uma Instituição de referência na promoção de serviços especializados e de qualidade, rumo a uma sociedade de todos e para todos.

Qualidade de Vida

Objetivo máximo da intervenção institucional que visa a satisfação das necessidades e expectativas de cada cliente e a maximização das suas potencialidades, num esforço conjunto de promoção do exercício pleno da sua cidadania.

Transparência

Objetivo máximo da intervenção institucional que visa a satisfação das necessidades e expectativas de cada cliente e a maximização das suas potencialidades, num esforço conjunto de promoção do exercício pleno da sua cidadania.



Relatório de Atividades



Assinado

Irmãos(as):

Tendo sempre em conta reforçar os valores morais e sociais, melhorar a qualidade de vida e de acesso a bens e serviços, estimulando para uma cidadania inclusiva, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, em parceria com entidades locais, desenvolveu diversas atividades.

Independentemente do impacto da pandemia do COVID-19, no ano de 2022, procuramos voltar a normalidade com o desenvolvimento da prestação de serviço nas diversas Respostas Sociais, de forma a dar seguimento à obra social que temos estado a expandir, mesmo com todas as condicionantes impostas pelas diversas crises.



Principais Atividades Realizadas:



Janeiro

- Comemorações dos Reis nas diversas respostas sociais da Instituição;

Fevereiro

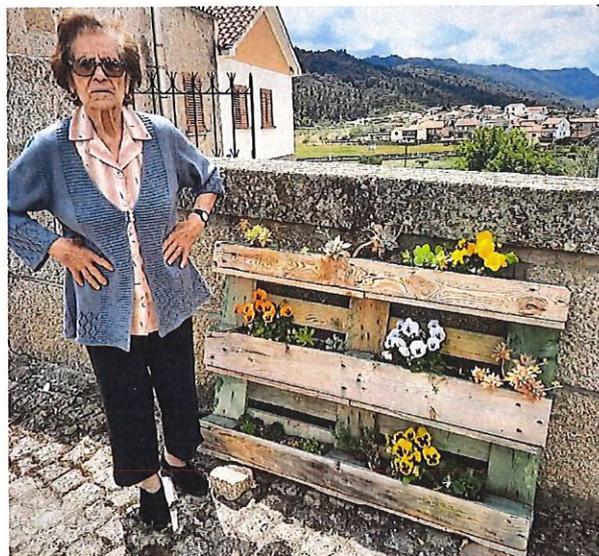
- Fevereiro – Mês dos Afetos – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Comemorações do Carnaval nas diversas respostas sociais da Instituição;





Março

- Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Lançamento da Edição N.º 20 da Revista NÓS.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2021 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- SOS UCRÂNIA - Dar um sentido à vida é uma necessidade humana. E quando esse sentido envolve um ideal coletivo, grandes e belos frutos podem ser colhidos. A Misericórdia de Vila Flor durante os dias 3/4 de março de 2022 realizou uma angariação de alimentos e artigos de primeiros socorros, de forma a auxiliar o povo ucraniano durante os primeiros meses da Guerra.





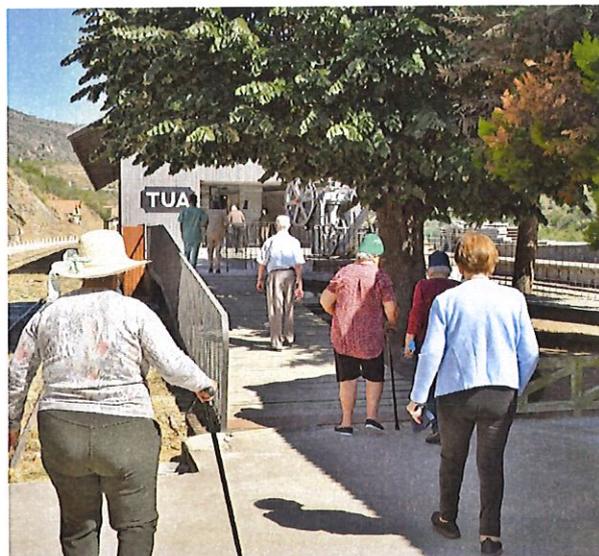
Abril

- Realização das Solenidades da Semana Santa.
- Toma de posse dos novos Irmãos.



Maio

- Comemorações do dia da Mãe nas diversas Respostas Sociais.
- Cerimónias de encerramento do Mês de Maria.
- Durante o mês de Maio a Misericórdia de Vila Flor realizou com os utentes de todas as ERPI'S da Instituição visitas ao Centro Interpretativo do Vale do Tua, na estação Ferroviária de Foz do Tua, a e à exposição "Máscaras Rituais de Portugal" no Centro Cultural de Vila Flor.



Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Comemoração dos Santos Populares nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre.
- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor realizou no dia 15 de junho, um encontro ao ar livre no Santuário de Santo Antão da Barca em Alfândega da Fé, nos Lagos do Sabor, para os utentes da Misericórdia de Vila Flor.
- Passeio anual do Jardim de Infância Flor de Liz ao SEALIFE e Pavilhão da Água no Porto.



Julho

- Férias de Verão do CATL.
- Festa de Finalistas do Pré-Escolar e CATL.



Agosto

- Passeios com os utentes das ERPI'S à descoberta da região.



Setembro

- Abertura do ano letivo 2022/2023 no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Reunião de Pais para a abertura do novo ano letivo e apresentação do tema do Projeto Pedagógico "O Planeta Chora".
- Vindima na Quinta de Santo António.
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 3.º Trimestre.
- Passeio Anual da Irmandade - Tomar (Convento de Cristo), Fátima e Mealhada, foi o itinerário escolhido.





Handwritten signatures and initials, including 'Auto 2022' and 'ES'.

Outubro

- Comemoração do Dia Internacional do Idoso. A Misericórdia de Vila Flor em parceria com o CLDS 4G - Vila Flor Ativa realizou em todas as ERPI'S sessões de Risoterapia.
- Comemoração do Outono.
- Comemoração do Halloween - Jardim de Infância Flor de Liz e ERPI'S.
- Misericórdia de Vila Flor assinala "Outubro Rosa".
- VII Semana da Alimentação.



Novembro

- Magusto - Jardim de Infância e ERPI'S.
- Realização da Assembleia Geral da Irmandade - Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Comemoração do Dia Nacional do Pijama - Jardim de Infância de Liz.





Dezembro

- A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor ofereceu um cabaz da Natal com vários produtos do concelho e da região como forma de reconhecimento do esforço e dedicação de todos os colaboradores e funcionários da Instituição.
- Ceias de Natal das ERPI'S e Unidade de Cuidados Continuados.
- Distribuição cabazes de Natal no dia de consoada aos Utentes do Apoio Domiciliário.
- Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.
- Realização do Vídeo de Mensagem de Natal da Instituição - "Sorrisos de Natal".
- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica, responsáveis das ERPI'S e equipa de enfermagem, a fim de avaliar o funcionamento no 4.º Trimestre.
- O Jardim de Infância "vestiu-se de Natal" para alegrar o dia dos meninos da Creche, Pré-Escolar e CATL. Música, neve, insufláveis e muita diversão juntos num espaço mágico onde todos sonharam e se divertiram a valer num dia inesquecível para todos. A festa terminou com presentes e uma foto com o Pai Natal para recordar este dia para sempre.



Intervenção Social

A - Idosos

A1 - ERPI



Os últimos anos foram de extrema exigência, tanto ao nível de organização, de recursos humanos como financeiros, a missão da nossa Instituição foi sempre a de zelar por todos aqueles que estão a sua responsabilidade. Assim estamos perante um momento de cautela e de contenção que não coloque em risco a nossa atividade e permita responder aos novos desafios.

As ERPIS da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, baseadas no espírito e cultura institucional das Misericórdias, têm por missão proporcionar aos seus utentes serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas, contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo, criar condições que permitam incentivar a relação intrafamiliar e potenciar a integração social. Estas estruturas apresentam um custo elevado na sua manutenção, o que exige uma atenção e intervenção constante. Continuamos a investir na melhoria da qualidade de vida dos utentes/clientes, através da humanização de alguns espaços interiores e exteriores, assim como na aquisição de equipamentos sempre que necessário.

No decorrer do ano 2022 foram realizadas as seguintes intervenções:

- Intervenção no sistema de iluminação, colocação de lâmpadas led, tendo em conta a economia de energia;





- Substituição de radiadores no aquecimento central;
- Alterações nas casas de banho, a fim de serem mais funcionais para banhos aos utentes;
- Mudanças de algumas caixilharias em alumínio, tendo em conta menos desperdício no aquecimento;
- Substituição de bombas de aquecimento;
- Aquisição de duas arcas de frio;
- Aquisição de uma máquina industrial de lavar roupa;
- Aquisição de duas máquinas industriais de lavar louça;
- Aquisição de mobiliário e equipamento de apoio aos utentes e funcionários;
- Aquisição de novos equipamentos informáticos e programas com o objetivo de facilitar, organizar e melhorar a rotina de registo diário e trabalho em rede entre os vários técnicos;
- Terminamos a intervenção na ERPI Santa Maria Madalena em Freixiel - pinturas exteriores e interiores, trabalhos no piso inferior, criação de mais dois quartos e colocação de um elevador, falta apenas concluir a colocação de estores exteriores. (Intervenção no âmbito da candidatura NORTE 2020);

- Na ERPI Nossa Sra. da Lapa em Vila Flor, concluíram-se as pinturas exteriores e interiores, continuamos os trabalhos de colocação de caixilharia e alumínio e colocação de elevador para o piso 1 (Intervenção no âmbito da candidatura NORTE 2020).



Intervenção Social

A2 - Unidade de Cuidados Continuados



Estas novas respostas promovem a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

Esta unidade tem como finalidade criar um sistema integrado de serviço de saúde e de apoio social que capacitem os seus utentes no sentido da promoção da autonomia, através da implementação de um novo modelo de cuidados que pretende reabilitar e informar os utentes, implica o trabalho integrado e pró-ativo de equipas de saúde e de apoio social com o envolvimento dos utentes e familiares/cuidadores informais, respeitando as suas necessidades e preferências.

Os cuidados continuados fundamentam-se numa gestão de caso onde são identificados os problemas mais complexos dos utentes com o objetivo de proporcionar os cuidados adequados a cada situação.

Dela fazem parte um conjunto de equipas prestadoras de cuidados, envolvendo vários profissionais (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas, psicólogos, pessoal auxiliar) o que exige uma grande atenção na sua sustentabilidade.

É uma unidade que exigiu durante o ano 2022 muito trabalho de manutenção e reforço de algum equipamento:

- Retirada do antigo depósito do gás e transformação do referido espaço em parque de estacionamento;
- Alteração de rede de oxigénio;
- Caldeiras de aquecimento;
- Alterações/manutenção no gerador;
- Substituição de equipamento informático.



Intervenção Social

A3 - Serviço de Apoio Domiciliário

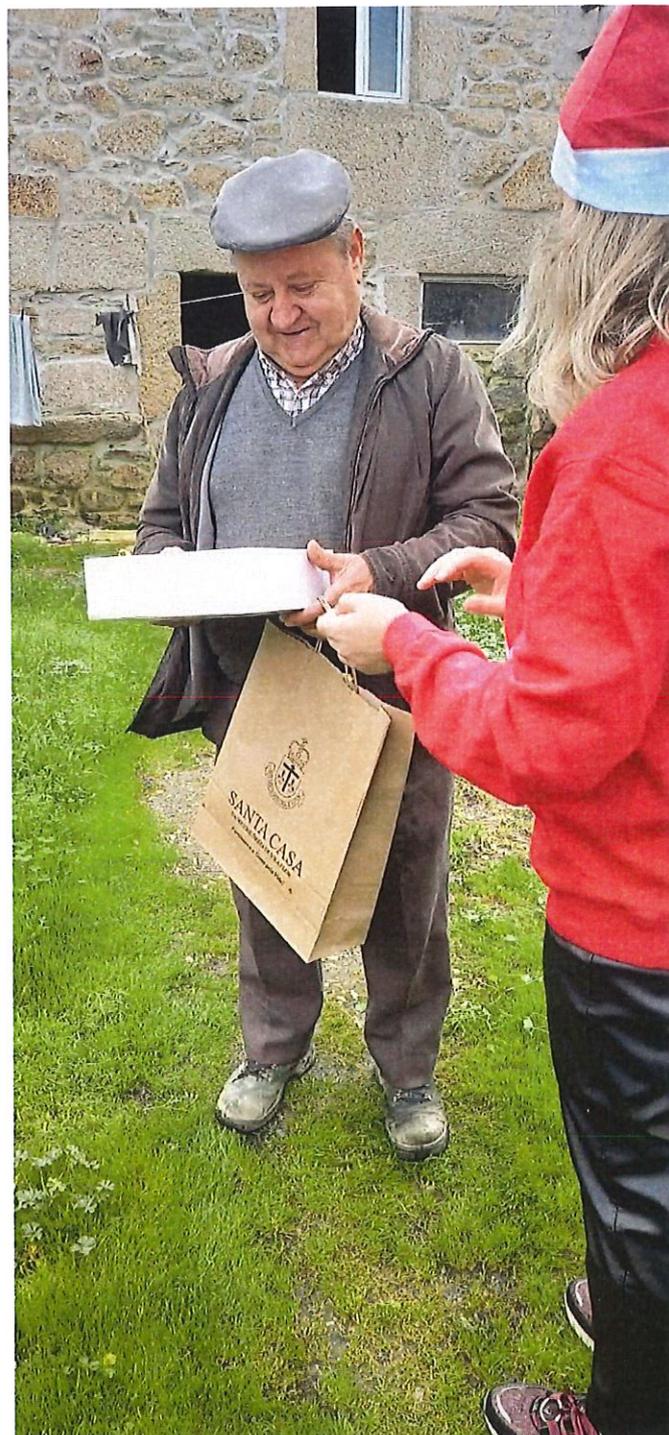


Esta resposta social presta cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O Serviço de Apoio Domiciliário tem como objetivos principais melhorar a qualidade de vida das pessoas e famílias, contribuir para a conciliação da vida profissional e familiar, garantir cuidados e serviços adequados as necessidades dos utentes, reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores, facilitar acesso a serviços da comunidade, contribuir para a prevenção de situações de dependência promovendo a autonomia e evitar ou adiar ao máximo o recurso a estruturas residenciais para idosos, contribuindo assim para a manutenção dos utentes em meio natural de vida.

Em cada ano temos tido como objetivo prestar um maior número de serviços, o que exige um maior número de recursos humanos, viaturas e equipamentos.

Estamos à espera da entrega das cinco viaturas elétricas, esperamos que entrem em funcionamento no primeiro semestre do ano em curso, bem como o novo serviço de cabeleireira ao domicílio.



Intervenção Social

B- Crianças

B1 - Jardim de Infância Flor de Liz



No Jardim de Infância prestamos serviços vocacionados para o desenvolvimento e aprendizagem proporcionando atividades de apoio a família. É um espaço pensado e organizado em função das crianças, adequado aos seus interesses e desenvolvimento.

As obras realizadas neste espaço, teve como ponto principal modernizá-lo e adapta lo aos desafios do ensino e atuação social.

Esta Resposta Social tem como objetivo:

- Promover o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças através da ativação das potencialidades, num clima de segurança efetiva e física, respondendo às suas necessidades;
- Proporcionar, através de um atendimento individualizado, o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança efetiva e física;
- Colaborar com a família na partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo de desenvolvimento das crianças;
- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado.

O Jardim de Infância Flor de Liz, encontra-se em pleno funcionamento, exigindo apenas investimento na sua manutenção.



Intervenção Social

C- Outras Respostas

C1 - Serviços Administrativos



Estes serviços encontram-se em pleno funcionamento, dando resposta a todas as solicitações no âmbito administrativo.

No decorrer do ano 2022 continuamos a apostar numa atualização constante, em novos programas e equipamentos informáticos, tendo em conta prestar um excelente serviço a todos os familiares dos nossos utentes e fornecedores.



C2 - Armazém/Aprovisionamento

Os tempos não têm sido fáceis no que respeita aos bens e serviços necessários para garantir o funcionamento da Instituição.

A Misericórdia de Vila Flor tem procurado sempre desenvolvendo a sua atividade garantindo as melhores condições de mercado e assegurando a estratégia de racionalização de custos, procurando o equilíbrio entre a qualidade e o preço dos produtos adquiridos sem nunca colocar em causa a qualidade das respostas e serviços que presta.

O nosso armazém nos últimos tempos tem sido colocado à prova, num mercado que não estava preparado e por isso, escasso de oferta, aliado a uma inflação generalizada de preços,

tem constituído um grande desafio no sentido de encontrar, por um lado, os produtos necessários e, por outro garantir o melhor preço de mercado.

Este setor tem merecido por parte da Mesa Administrativa uma grande atenção, foram adquiridos novos programas informáticos e continuamos a equipar o espaço com novas prateleiras, para o bom acondicionamento dos produtos.

Intervenção Social

C3 - Padaria da Misericórdia



Este setor tem como objetivo primordial a produção e distribuição de pão para todas as respostas da nossa Instituição.

Continuamos a sentir uma grande receptividade por parte de população nos seus produtos (Pão, Bolo Rei, Folares, Empadinhas, Bolos Económicos...).

É um setor que também exige bastante atenção ao longo do ano, assistência aos fornos e restante equipamento, sofreu obras de pintura interna e novo equipamento informático.



C4 - Farmácia da Misericórdia

A Farmácia da Misericórdia tem sido fundamental no período que atravessamos, temos procurado implementar soluções céleres de forma que bens de primeira necessidade cheguem as mãos de quem precisa de uma forma rápida e segura, tem sido objetivo aumentar o seu raio de ação e contribuir de forma direta e informal junto de quem mais necessita.

Tem funcionando em pleno com dinamismo por parte da equipa de recursos humanos que dela fazem parte. Realizamos trabalhos de manutenção e apresentação, adquiriu-se três novos computadores e um novo servidor, bem como novos programas informáticos.



FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA
Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor

Intervenção Social

C5 - Quinta de Santo António



Tem sido política da Mesa Administrativa desenvolver operações necessárias a novas plantações de vinha e olival. Esta resposta, embora dispendiosa é imprescindível para a nossa Instituição, servindo de base a cultivo de produtos que são consumidos na sua totalidade nas diversas respostas da Instituição.

Para o seu bom funcionamento continuamos a investir em novo equipamento e alfaías agrícolas, para rentabilizar e realizar novas produções e sermos mais competitivos.



C6 - Outro Património

A Mesa Administrativa tem estado atenta a conservação do património urbano e rustico da nossa Entidade.

Continuamos a realizar intervenções de manutenção em todos os imóveis.





Intervenção Social

C7 - Departamento de Comunicação

A nossa nova realidade, imposta pela pandemia da COVID-19, continuou a marcar o Gabinete de Comunicação da Misericórdia de Vila Flor ao longo de todo o ano.

Mantivemos o papel fundamental e ágil na forma de chegar e de estar próximo dos nossos públicos internos e externos.

Continuamos a assumir as nossas linhas orientadoras, motivando e transmitindo segurança e prontidão em todas as nossas respostas, através de um canal de comunicação fluído, próximo e permanente com os nossos utentes.

Durante o ano, os canais de comunicação continuaram a funcionar como agentes públicos de divulgação de informações, entre os quais destaque para a Revista NÓS que já vai para a sua 21ª edição.



Conclusão



Handwritten signatures and initials, including 'bin' and 'F. U. S. B.'.

ESTAMOS PERANTE UM TEMPO DE ALGUMAS INDEFINIÇÕES E DE CONSEQUENTES PREOCUPAÇÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO SETOR SOCIAL EM GERAL

“... a força da Misericórdia de Vila Flor reside na sua capacidade de compreender a sociedade que a rodeia, perceber a dinâmica do Estado Social, saber ser útil às pessoas da nossa comunidade.”

Estamos perante um tempo de algumas indefinições e de consequentes preocupações sobre a sustentabilidade do setor social em geral e da nossa Instituição em particular.

Neste contexto procuramos acelerar as reformas estruturais à Misericórdia de Vila Flor.

Assim sendo estamos perante um momento de cautela e de contenção que não coloque em risco a nossa atividade e permita responder aos novos desafios.

Tem sido isto que temos estado a fazer cientes que crise demográfica, o envelhecimento da população, a transição digital e as alterações climáticas inevitavelmente vão conduzir a novos desafios para a nossa Misericórdia.

Acreditamos que a força da Misericórdia de Vila Flor reside na sua capacidade de compreender a

sociedade que a rodeia, perceber a dinâmica do Estado Social, saber ser útil às pessoas da nossa comunidade. Vamos, pois, continuar com espírito otimista e de confiança no futuro.

A Mesa Administrativa agradece a todas as Entidades e colaboradores, nomeadamente a Segurança Social, A.R.S-Norte, U.L.S. de Bragança, Centro de Emprego de Mirandela, Autarquia Local, Paroquia, Serviços de Saúde Locais, Bombeiros, Escuteiros, Funcionários, Voluntários e à nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, e um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas no ano de 2022.

Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022, após o encerramento do período e até a elaboração do presente anexo não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Propõem-se se que o resultado líquido do período, seja transferido para a conta (Resultados Transitados).

A MESA ADMINISTRATIVA

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

Victor Manuel Cortinhas Sil

Rogério de Jesus Sanches Fernandes

António Júlio Martins Lapa

Pedro José Sampaio de Barros



Liliana

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

QUINTINO GONÇALVES

Provedor

Vila Flor, 13 de Março de 2023





Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva nº 500 746958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, nº 11 em Vila Flor.

O registo definitivo dos Estatutos foi lavrado pela inscrição nº 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro nº1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do nº 2, do artigo 13º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto - Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto – Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de março, pelas Leis nos 66 - B/2012, de 31 de Dezembro, e 83 - C/2013, de 31 de Dezembro e pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de Junho. Foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A mensuração e as políticas contabilísticas, adotados no final do período em análise, são comparáveis com os critérios utilizados na preparação das demonstrações financeiras dos anos anteriores.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ENSL.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros



Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das



demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2022 relativos a 2021 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.



5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	93.294,75	0,00	0,00	0,00	93.294,75
Edifícios e outras Construções	8.893.015,27	0,00	0,00	0,00	8.893.015,27
Equipamento Básico	1.332.480,44	38.754,12	0,00	0,00	1.371.234,56
Equipamento de Transporte	669.087,89	0,00	0,00	0,00	669.087,89
Ferramentas e Utensílios	29.221,62	0,00	0,00	0,00	29.221,62
Equipamento Administrativo	1.136.446,89	19.121,41	0,00	0,00	1.155.568,30
Outros Activos Fixos Tangíveis	100.119,01	3.498,12	0,00	0,00	103.617,13
Inobilizações em Curso	801.834,03	90.361,81	0,00	0,00	892.195,84
Propriedades de Investimento	543.884,61	0,00	0,00	0,00	543.884,61
Totais	13.599.384,51	151.735,46	0,00	0,00	13.751.119,97

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

Valor b escriturado	Início do Período	Amortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	6.529,24	1.609,33	0,00	8.138,57
Edifícios e outras Construções	4.018.989,00	132.073,56		4.151.062,56
Equipamento Básico	1.246.145,76	30.379,00	0,00	1.276.524,76
Equipamento de Transporte	695.061,84	11.954,97	0,00	707.016,81
Ferramentas e Utensílios	28.966,92	0,00	0,00	28.966,92
Equipamento Administrativo	1.068.732,89	25.597,55	0,00	1.094.330,44
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	38.479,50	352,75	0,00	38.832,25
Totais	7.102.905,15	201.967,16	0,00	7.304.872,31



Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2022			2021		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	117.144,08		117.144,08	108.471,08		108.471,08
MP, subsidiárias e de consumo	66.921,80		66.933,03	66.933,03		66.933,03
	184.065,88	-	184.065,88	175.404,11	-	175.404,11

7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:



Disponibilidades						
Caixa	6.226,91	0,00	6.226,91	2.214,23	0,00	2.214,23
Depósitos À Ordem	834.710,96	0,00	834.710,96	424.448,44	0,00	424.448,44
Outos Dep Bancários	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00	1.950.000,00	0,00	1.950.000,00
	2.790.937,87	0,00	2.790.937,87	2.376.662,67	0,00	2.376.662,67
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Clientes e Utentes	255.435,57	0,00	255.435,57	223.874,52	0,00	223.874,52
Outras contas a Receber	423.663,75	0,00	423.663,75	464.355,68	0,00	464.355,68
	679.099,32	0,00	679.099,32	688.230,20	0,00	688.230,20
	3.470.037,19	0,00	3.470.037,19	3.064.892,87	0,00	3.064.892,87

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:

	Dez-2022	Dez-2021
Assistência Militares da Guarda	57,34	57,34
Serviços na Doença- PSP	805,92	805,92
ADMG-Assistencia à Doença	2.668,44	2.668,44
IASFA-Instituto de Acção Social	271,00	271,00
Administração de Saúde do Estado	25.655,65	25.655,65
Administração Regional de Saúde	48.942,74	42.628,19
Administração Regional Saúde-UCC	132.896,29	85.873,27
Centro Distrital de Bragança-UCC	55.186,19	15.966,85
Fundação Edp	109.102,18	246.996,00
Fundo rainha D. Leonor	0,00	0,00
Diversos (Farmácia)	42.164,69	35.426,55
IEFP - Bolsas de Estágio	5.913,31	8.006,47
	423.663,75	464.355,68

8 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

Conf. 2022



[Handwritten signatures and initials]

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, no montante de **87.666,02€** foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rubrica	dez/21	Transferências	Aumentos	Diminuições	dez/22
Fundos	430.870	0	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	0	34.725
Resultados Transitados	6.966.536	87.666	0	0	7.054.202
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.688.713	0	87.500	59.127	1.717.086
Piddac	206.990	0	0	14.390	192.600
Centro de Cuidados Continuados	649.509	0	0	20.952	628.557
Centro de Saúde de Vila Flor	288.838	0	0	9.670	279.168
Fundo Rainha D. Leonor (Jardim Infância)	230.056	0	0	0	230.056
Instituto Emprego e Formação Profissional	14.524	0	0	392,54	14.131
Ifap	39.891	0	0	1.813	38.078
Fundação EDP	7.000	0	0	7.000	0
Fundação PT – Donativo Apoio Viatura	4.910	0	0	4.910	0
Norte 2020-ERPI Nossa Senhora da Lapa	147.794	0	0	0	147.794
Norte 2020-ERPI- Santa Maria Madalena	99.202	0	0	0	99.202
PRR Aquisição Viaturas Elétricas	0	0	87.500	0	87.500
Resultado Líquido Exercício	87.666	-87.666	245.276	0	245.276
Total	9.208.511	0	332.776	59.127	9.482.159



Confirmação

[Handwritten signature]

9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outros passivos financeiros” apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	125.408,44	156.960,18
	125.408,44	156.960,18
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	453.681,70	353.171,90
	453.681,70	353.171,90
	579.090,14	510.132,08

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2022	2021
Remunerações a liquidar	453.681,70	353.171,90
diversos	0,00	0,00
Totais	453.681,70	353.171,90

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2022, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2021.



11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2022 e em 2021 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	18.368,57	0,00	14.012,71
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	9.894,05	4.927,48	2.275,98
Contribuições para a segurança Social	0,00	61.880,23	0,00	57.905,58
Outros Impostos	0,00	488,19	0,00	374,96
	0,00	90.631,04	4.927,48	74.569,23

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Venda de bens	1.341.810,24	1.189.106,92
Prestações de serviços	2.752.716,65	2.458.873,53
	4.094.526,89	3.647.980,45

As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.



13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas
	Entidade concedente	Total
1	Centro Regional de Segurança Social	1.727.501,25
2	Câmara Municipal de Vila Flor	5.100,00
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	17.059,52
5	IFAP, I.P.	7.394,31
6	Ifadap	0,00
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	11.434,66
10	Doações	0,00
		1.768.489,74

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de acção social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, comparticipados pelo IEFP.



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 tem o seguinte detalhe:

	2022	2021
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	47.471,67	42.745,36
Publicidade e propaganda	651,90	3.659,50
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	94,10	14.172,13
Conservação e Reparação	137.753,77	79.285,18
Outros	16.255,57	9.835,26
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	10.178,79	9.196,44
Artigos para oferta	21.817,04	9.498,78
Outros	8.300,16	2.548,24
Electricidade	120.616,47	117.933,86
Combustíveis	300.014,36	185.230,08
Água	10.359,33	9.704,41
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	2.728,31	875,90
Rendas e alugueres	10.707,77	9.024,72
Comunicação	17.402,20	19.633,24
Seguros	17.198,94	15.267,00
Contencioso e notariado	595,24	4.738,90
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	34,51	0,00
Outros serviços	201.916,34	231.798,83
Outros	0,00	0,00
	924.096,47	765.147,83

Contas



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'João' and another 'ES'.

15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Remunerações do Pessoal	2.419.188,39	2.169.231,08
Encargos sobre remunerações	537.944,24	483.338,94
Seguros de ac. Trabalho	41.503,66	41.713,99
Outros	193.930,29	194.153,33
	3.192.566,58	2.888.437,34

A rubrica "Outros" inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 178.433,82€ em 2022).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2022 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2022)
Serviço de Apoio Domiciliário	11
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	116
Jardim de Infância	17
Outras Atividades	60

16 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Activos fixos tangíveis	201.967,16	210.326,87
Activos intangíveis	0,00	0,00
	201.967,16	210.326,87

Cafre



Handwritten signatures and initials, including 'K. L. V. F.' and a large signature.

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2022 e em 2021 é conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	53.303,04	16.625,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	39.877,31	38.398,31
Subsídios	59.127,46	59.127,46
Doações	18.520,21	100,00
Outros	35.032,86	32.030,23
	205.860,88	146.281,80

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2022 e 2021 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2022	2021
Depósitos em instituições de crédito	1.250,97	2.943,27
Totais	1.250,97	2.943,27



19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 13 de março de 2023

O Contabilista Certificado

Cristina Maria Gomes Tavares

A Mesa Administrativa

[Signature]
[Signature]
[Signature]
António Filipe Martins Lobo
[Signature]

Balança em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2022	31 Dez 2021	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis		5.873.141,43	5.923.373,13	-0,85%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento		543.884,61	543.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		5.398,50	5.398,50	0,00%
Investimentos financeiros		17.691,77	20.227,23	-12,53%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		374,00	854,00	-56,21%
		6.446.171,44	6.499.418,60	-0,82%
Ativo corrente				
Inventários		184.065,88	175.404,11	4,94%
Clientes		255.435,57	223.874,52	14,10%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	4.927,48	-100,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber		423.663,75	464.355,68	-8,76%
Diferimentos		51.913,32	48.381,10	7,30%
Outros ativos financeiros		89,60	188,00	-52,34%
Caixa e depósitos bancários		2.790.937,87	2.376.662,67	17,43%
		3.706.105,99	3.293.793,56	12,52%
Total do Ativo		10.152.277,43	9.793.212,16	3,67%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos		430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas		34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados		7.054.202,46	6.966.536,44	1,26%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.717.085,88	1.688.713,34	1,68%
Resultado líquido do período		245.276,00	87.666,02	179,78%
Total dos fundos patrimoniais		9.482.159,39	9.208.510,85	2,97%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		396,86	0,00	0,00%
		396,86	0,00	0,00%

Balço

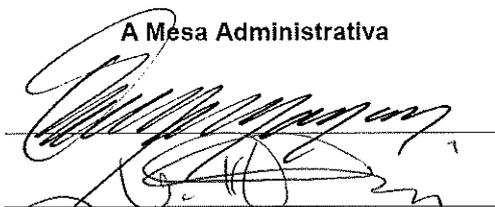
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		31 Dez 2022	31 Dez 2021	
Passivo corrente				
Fornecedores		125.408,44	156.960,18	-20,10%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		90.631,04	74.569,23	21,54%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		453.681,70	353.171,90	28,46%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		669.721,18	584.701,31	14,54%
Total do Passivo		670.118,04	584.701,31	14,61%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		10.152.277,43	9.793.212,16	3,67%

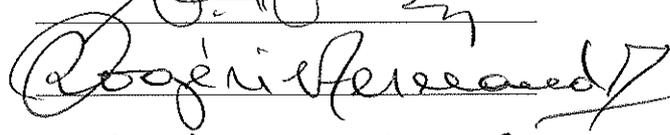
(1) - Euro

O Contabilista Certificado

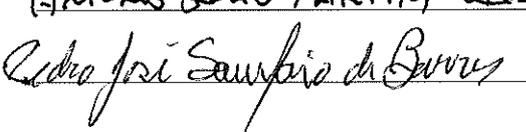


A Mesa Administrativa





 António João MARTINS Lda



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

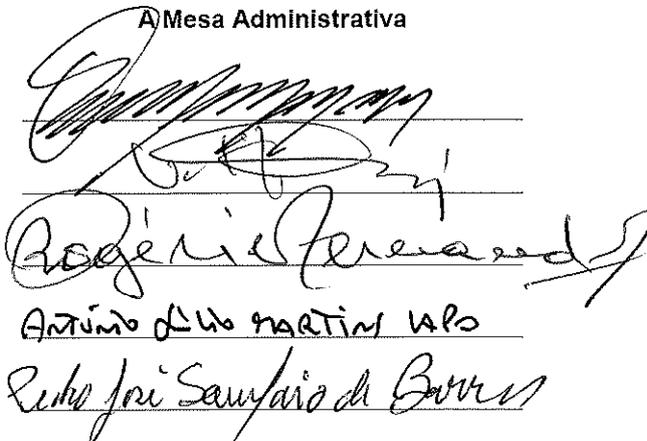
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variação
		2022	2021	
Vendas e serviços prestados		4.094.526,89	3.647.980,45	12,24%
Subsídios, doações e legados à exploração		1.768.489,74	1.544.942,60	14,47%
Variacão nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1.487.960,63	-1.376.533,23	-8,09%
Fornecimentos e serviços externos		-924.096,47	-765.147,83	-20,77%
Gastos com o pessoal		-3.192.566,58	-2.888.437,34	-10,53%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos		205.860,88	146.281,80	40,73%
Outros gastos e perdas		-18.261,64	-14.036,83	-30,10%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		445.992,19	295.049,62	51,16%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-201.967,16	-210.326,87	3,97%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		244.025,03	84.722,75	188,03%
Juros e rendimentos similares obtidos		1.250,97	2.943,27	-57,50%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		245.276,00	87.666,02	179,78%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		245.276,00	87.666,02	179,78%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



António do Lito MARTINS

Rui José Sampaio de Barros

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Abertura || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2022	2021	
Vendas e serviços prestados		4.094.526,89	3.647.980,45	12,24%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-4.680.527,21	-4.264.970,57	-9,74%
Resultado bruto		-586.000,32	-616.990,12	5,02%
Outros Rendimentos		1.975.601,59	1.694.167,67	16,61%
Gastos de distribuição		-803,66	-102,00	-687,90%
Gastos administrativos		-1.125.259,97	-975.372,70	-15,37%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-18.261,64	-14.036,83	-30,10%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		245.276,00	87.666,02	179,78%
Gastos de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		245.276,00	87.666,02	179,78%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		245.276,00	87.666,02	179,78%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

Carlo Manuel Soares Fernandes

A Mesa Administrativa

[Signature]

[Signature]

ANTÓNIO LUIZ MARTINS LPS
[Signature]

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2021

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período						
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		430.870,22	0,00	34.724,83	6.917.670,82	0,00	1.588.924,67	48.865,62	9.021.056,16					
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	48.865,62	0,00	99.788,67	0,00	148.654,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-48.865,62	0,00	0,00	-48.865,62	0,00	-48.865,62
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	48.865,62	0,00	99.788,67	0,00	-48.865,62	0,00	0,00	87.666,02	87.666,02	87.666,02
RESULTADO EXTENSIVO												38.800,40	187.454,69	
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO														
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021		430.870,22	0,00	34.724,83	6.966.536,44	0,00	1.688.713,34	87.666,02	9.208.510,85	0,00	0,00	87.666,02	9.208.510,85	

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2022

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		430.870,22	0,00	34.724,83	6.966.536,44	0,00	1.668.713,34	87.666,02	9.208.510,85		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.372,54	0,00	28.372,54	0,00	28.372,54
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	87.666,02	0,00	0,00	-87.666,02	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	87.666,02	0,00	28.372,54	-87.666,02	28.372,54	245.276,00	245.276,00
RESULTADO EXTENSIVO											
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO											
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022		430.870,22	0,00	34.724,83	7.054.202,46	0,00	1.717.085,88	245.276,00	9.482.159,39		

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2022

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2022	2021	
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		1.960.807,96	1.767.561,95	10,93%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-2.640.341,48	-2.301.457,67	-14,72%
Pagamentos ao pessoal		-2.104.892,39	-2.008.434,93	-4,80%
Caixa gerada pelas operações		-2.784.425,91	-2.542.330,65	-9,52%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		3.075.853,83	2.556.459,71	20,32%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		291.427,92	14.129,06	1.962,61
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		31.446,31	31.612,03	-0,52%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		87.500,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		3.900,97	2.835,56	37,57%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		122.847,28	34.447,59	256,62%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		414.275,20	48.576,65	752,83%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

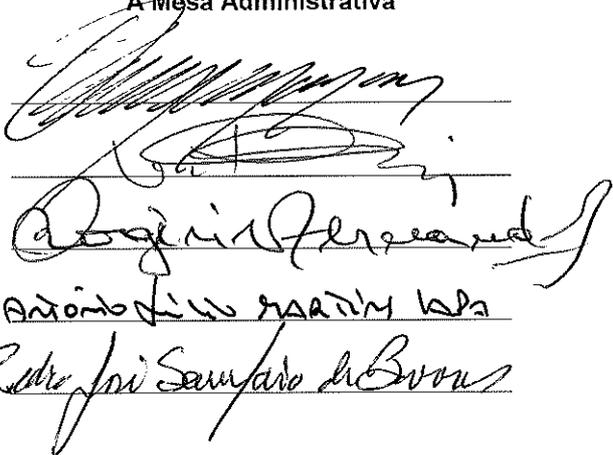
RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2022	2021	
Caixa e seus equivalentes no início de período		426.662,67	378.086,02	12,85%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		840.937,87	426.662,67	97,10%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa



Antônio Luís Martins Lopes
 Pedro José Sampaio de Barros



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS
DE 2022

O Conselho Fiscal ponderando todos os documentos analisados, tem a honra de emitir o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022 e propor à Mesa da Assembleia Geral:

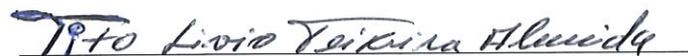
1. A afetação do Resultado Líquido do Exercício à rubrica de Resultados Transitados;
2. A aprovação de um voto de louvor à Mesa Administrativa, pela competência, zelo e dedicação de que tem dado testemunho na condução da vida da Santa Casa;
3. A aprovação de um voto de louvor ao pessoal da Instituição, pelo seu profissionalismo, dedicação, espírito de serviço e de sacrifício;
4. Um apelo aos Irmãos para que unamos esforços com vista a sustentabilidade e manutenção da excelência dos serviços da nossa Santa Casa;

Vila Flor, 13 de Março de 2023

O Conselho Fiscal


(Paulo José Arantes Conceição)


(António Manuel Carvalho Guilheiros)


(Tito Lívio Teixeira Almeida)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 10.152.277 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.482.159 euros, incluindo um resultado líquido de 245.276 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €46.900 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de março de 2023



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)



21.06.2023





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR
Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL: www.misericordiavilafior.com * E-mail: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

ACTA N.º 134

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR, CELEBRADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2023. -----

Aos trinta dias do mês de Março de dois mil vinte e três, no Auditório do Lar de Nossa Senhora dos Remédios, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, sob a Presidência do Senhor Victor Manuel da Sila Costa, secretariado respetivamente por Alexandre José Evaristo Trigo e Paulo José Gomes Monteiro Praça. -----

INEXISTÊNCIA DE QUÓRUM (PRESENÇA DA MAIORIA DE IRMÃOS). -----

Foi à hora marcada, ou seja às dezanove horas e trinta minutos, que o Senhor Presidente da Assembleia Geral, declarou aberta a reunião, tendo informado de que iria esperar mais meia hora para dar início aos trabalhos, na medida em que não estavam presentes a maioria dos Irmãos e, como tal Estatutariamente e nos termos da convocatória, ter-se-ia de aguardar por mais meia hora para dar início aos trabalhos. -----

INICIO DOS TRABALHOS. -----

Decorrido o espaço temporal mencionado e com a presença de trinta e oito Irmãos, foi às vinte horas que o Senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, para análise e debate da ordem de trabalhos, que a seguir se transcreve: -----

PRIMEIRO: APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E VINTE E DOIS; -----**SEGUNDO: SEMANA SANTA;** -----**TERCEIRO: OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA.** -----

O Senhor Presidente da Assembleia Geral, iniciou os trabalhos com as orações habituais, pelos Irmãos falecidos e cumprimentou a Irmandade. -----

Foi lida a ata da reunião anterior, colocada à votação, foi esta aprovada por maioria com abstenção de cinco irmãos por não terem estado presentes na reunião anterior. -----

De seguida deu-se início à ordem de trabalhos e tomadas as seguintes deliberações: -----

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E VINTE E DOIS – O Senhor Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra ao Senhor Provedor para que este fizesse uma apresentação sobre os documentos em discussão. -----

Este começou por fazer uma exposição global do relatório de contas e sucintamente realçou as atividades que tem vindo a ser desenvolvidas nos diversos sectores. Sobre este ponto do relatório de contas o Senhor Provedor centrou-se na explicação do mapa de resultados por naturezas, referindo que a receita foi de seis milhões setenta mil cento e vinte e oito euros e quarenta e oito cêntimos, e de despesas cinco milhões oitocentos e vinte e quatro mil

oitocentos e cinquenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos, o que originou um resultado líquido de duzentos e quarenta e cinco mil duzentos e setenta e seis euros. -----

Este resultado será transitado para a conta de resultados transitados. -----

O Senhor Provedor relativamente a novos projetos, candidaturas já aprovadas e em execução, disse que a Instituição tinha sido contemplada com a aprovação de uma candidatura para a aquisição de cinco viaturas elétricas para o serviço de apoio domiciliário.-

O Presidente da Assembleia Geral deu a palavra à Assembleia para questionar a Mesa Administrativa sobre os documentos em discussão/análise. -----

Pediu a palavra o Irmão Paulo Praça, questionando a Mesa Administrativa se tem conhecimento das novas medidas de apoio do Governo para o sector social. O Senhor Provedor no uso da palavra referiu para dois mil e vinte e três o estado atualizou os acordos com os Lares; disse ainda que as mensalidades da Creche já são totalmente gratuitas; realçou a importância das UCC's, e que o Estado atualizou os valores das participações também neste sector, contudo estas atualizações de valores são ainda insuficientes face aos valores com os custos na prestação de serviços aos utentes, no entanto existe no ar uma nova promessa da atualização desses valores, ainda no decurso do ano de dois mil e vinte e três. -

Como mais nenhum Irmão pediu para intervir, o Senhor Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra ao Conselho Fiscal para este se pronunciar sobre o Relatório e Contas da Gerência, tendo emitido **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação. -----

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, colocou à votação o Relatório de Atividades e Contas da Gerência do ano de dois mil e vinte e dois, tendo os mesmos sido aprovados por **UNANIMIDADE**. -----

SEMANA SANTA – Neste ponto da ordem de trabalhos o Senhor Provedor deu a conhecer o programa da Semana Santa, referiu que esta segue a matriz dos anos anteriores e convidou os Irmãos a participar e estarem presentes nas referidas cerimónias. -----

Informou ainda os irmãos, de que o grupo coral que nos vai brindar com o concerto de Quarta Feira Santa, é o mesmo que gravou um CD de músicas e canções do Senhor Padre Joaquim Leite. -----

OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA – O senhor Presidente da Assembleia Geral, deu a palavra à Assembleia para se inscreverem e interpelarem a Mesa Administrativa, sobre os assuntos que acharem por conveniente. -----

Pediu a palavra a Irmã Teresa Silva, questionando a Mesa Administrativa, para saber quando seria a normalização das visitas, e mais ainda questionou, porque razão quando várias vezes é apresentada a proposta para admissão a Irmão, estas propostas sobre o mesmo candidato são sempre rejeitadas. -----

O Senhor Provedor respondeu à Irmã Teresa Silva que ainda existe Covid, a pouco a pouco se iria normalizar as visitas nos lares, salientando que nesta normalização teremos que manter ainda alguns procedimentos que foram implementados e adoptados durante o período Covid; disse que em relação à admissão de Irmãos, a Mesa Administrativa cumpre o que está estipulado nos Estatutos. -----

Pediu a palavra o Irmão Rui Gaspar, para dizer que face ao número de Irmãos que atualmente somos, gostava de ver mais Irmãos envolvidos na participação e nos atos da Irmandade. -----

O Senhor Provedor em resposta ao Irmão Rui Gaspar, disse que na tomada de posse é entregue a cada irmão os Estatutos que regem a Irmandade, cabe a cada irmão cumpri-los de acordo com a sua consciência, e a cada um de nós compete dialogar com esses Irmãos mais



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR
Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL: www.misericordiavilafior.com * E-mail: scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

afastados e convidá-los a participar nas atividades da Irmandade. -----

Pediu a palavra a Irmã Maria Ramos, questionando a Mesa Administrativa, sobre a qualidade da comida que é entregue em Samões, uma vez que teve conhecimento de boatos, de que a mesma não teria qualidade. -----

O Senhor Provedor referiu que para essa localidade as refeições são preparadas na ERPI Senhora dos Remédios. É preocupação da Instituição garantir qualidade na alimentação aos utentes, periodicamente é auditada, e que a mesma garante os parametros de qualidade. ----

Pediu a palavra a Irmã Teresa Silva, manifestando o seu desagrado relativamente ao Irmão da Mesa Administrativa, Senhor Rogério Fernandes, relativamente ao direito que ele tinha a efetuar visitas a um Lar assíduas em detrimento dos outros Irmãos. -----

O Senhor Provedor referiu que qualquer membro da Mesa Administrativa no âmbito das funções que lhe são conferidas, tem o direito de efetuar as visitas que entender convenientes às diversas valências da Instituição, sempre zelando pelo bom funcionamento da Instituição. No entanto nas visitas todos temos que cumprir as regras que estão estipuladas. -----

Não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente da Assembleia Geral convidou os Irmãos a fazer uma oração final, finda a qual se encerrou esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, cujo conteúdo é lido e vai ser assinado pelos Membros da Mesa presentes. -----



Victor Manuel da Silva Costa



Alexandre José Evaristo Trigo



Paulo José Gomes Monteiro Praça